



LDO

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

2023

Tarcísio
Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

TEIXEIRA DE FREITAS - BA, 25 DE MAIO DE 2022.

OFÍCIO GP Nº 101/2022.

MENSAGEM N.º 09/2022.

**EXMO. VEREADOR
SR. MARCOS BELITARDO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
TEIXEIRA DE FREITAS - BAHIA**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2023


Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Encaminhamos a este egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei em apenso, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências, em consonância com as metas que compõe o Plano Plurianual/PPA para o período de 2022 - 2025.

O artigo 165 da Constituição Federal estabelece que o Sistema Orçamentário Brasileiro é constituído pelo Plano Plurianual/PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO e Lei Orçamentária Anual/LOA, de iniciativa do Poder Executivo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO é o instrumento de planejamento que estabelece as metas e prioridades da administração pública, que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual/LOA.

A proposta da LDO para o exercício de 2023 foi elaborada em consonância com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a Lei Federal nº 4.320/64, Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e instruções técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCM-BA.


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411

Av. Marechal Castelo Branco 145 – Centro – Teixeira de Freitas – BA – Cep-45.985.041



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

São parte integrante deste Projeto de Lei os anexos de metas fiscais e riscos fiscais, de acordo com as normas de padronização da Secretaria do Tesouro Nacional, além das metas de trabalho, que orientarão os programas da elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Orientou a elaboração deste Projeto de Lei a preocupação de garantir o equilíbrio fiscal pela gestão responsável dos recursos financeiros e do patrimônio público, com ainda maior importância no próximo Exercício, quando provavelmente ainda serão sentidos efeitos da Pandemia na economia, e por consequência na arrecadação tributária.

Em cumprimento ao que dispõe a legislação vigente, bem como a preocupação deste Poder Executivo com a mais absoluta participação e transparência, as prioridades definidas nesse Projeto de Lei, foram obtidas através de Consulta Pública Eletrônica, disponibilizada nas redes sociais oficiais, com o intuito de que toda a população interessada contribuísse com sua construção.

Sendo o que tínhamos para a oportunidade, colocamo-nos à disposição para informações adicionais que se façam necessárias, e aproveitamos o ensejo para renovar manifestação de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


MARCELO GUSMÃO PONTES BELITARDO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE
TEIXEIRA DE FREITAS
RECEBIDO
EM 30/05/2022
às 10:08hs
[Handwritten signature]


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

SUMÁRIO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO II - DAS METAS E RISCOS FISCAIS

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

CAPÍTULO VI - DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO VII - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE CRÉDITO

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

CÂMARA MUNICIPAL DE
TEIXEIRA DE FREITAS

RECEBIDO

EM 30/05/2022

às 10:08hs

PROJETO DE LEI Nº 09, DE 25 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2023, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 159, § 2º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - as metas e riscos fiscais;
- III - a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- V - as disposições referentes às transferências voluntárias;
- VI - das normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII - as alterações na legislação tributária do Município;
- VIII - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX - as disposições sobre a dívida pública municipal e operação de crédito;
- X - as disposições gerais.


CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Constituem prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2023, os Programas indicados no Anexo I desta Lei.

§ 1º - As prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2023 deverão estar de acordo com a Lei Municipal N.º 1.193 de 08 de dezembro de 2021, e atendidas às despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social são as constantes do Anexo I desta Lei.

§ 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir a todo tempo os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e da política social.


Tarciso Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411

Av. Marechal Castelo Branco 145 – Centro – Teixeira de Freitas – BA – Cep-45.985.041



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

§ 3º - Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á ainda, o seguinte:

I - suas dotações poderão sofrer anulação para financiar créditos adicionais, salvo após justificativa circunstanciada pelo titular do órgão responsável pela implementação das prioridades pertinentes e autorização do Chefe do Poder Executivo;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 4º - As prioridades de que trata o caput são passíveis de revisão, alteração e atualização no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, caso ocorra a necessidade de ajustes nas diretrizes estratégicas do município.

§ 5º - As metas fiscais para o exercício de 2023 são as constantes dos Anexos II-A, II-B, II-C, II-D, II-E, II-F, II-G e II-H desta Lei e poderão ser ajustadas se verificadas alterações da conjuntura nacional, estadual e municipal, dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da execução dos Orçamentos de 2022, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício de 2023, a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas e de infraestrutura econômica;
- IV - empreendimento de iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- V - priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para criança, saúde e saneamento básico;
- VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;
- VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa;
- VIII - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada;
- IX - Formulação e execução de políticas sociais relacionadas com proteção da infância e juventude;
- X - Promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes;

§ 1º - Garantir um percentual mínimo da receita tributária líquida anual para a promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

§ 2º - Garantir um percentual mínimo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, adotando medidas eficazes de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

Art. 4º- As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2023, não se constituindo limites à programação das despesas.

**CAPÍTULO II
DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 5º - Integra a presente Lei os anexos estabelecidos nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os anexos referidos no caput deste artigo estão em consonância com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria n.º 924 de 08 de julho de 2021, em sua 12ª Edição.

**CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 6º - Para fins de organização, estruturação e execução dos orçamentos, conceituam-se:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

V - função - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

VI - subfunção - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

VII - categoria de programação - a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de programas, projetos, atividades e operações especiais, função e subfunção;

VIII - transposição - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IX - remanejamento - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

X - transferência - o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;

XI - reserva de contingência - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411

Av. Marechal Castelo Branco 145 – Centro – Teixeira de Freitas – BA – Cep-45.985.041



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

- XII - passivos contingentes - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública. Se julgadas procedentes, ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIII - créditos adicionais - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- XIV - crédito adicional suplementar - as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XV - crédito adicional especial - Modalidade de crédito adicional destinado às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizado por lei e aberto por decreto do Executivo;
- XVI - crédito adicional extraordinário - as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XVII - unidade orçamentária - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para os quais a Lei Orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas;
- XVIII - unidade gestora - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder para gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- XIX - órgão - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, na qual estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;
- XXI - alteração do Detalhamento da Despesa - a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 7º - A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III - Outras Despesas Correntes - 3;
- IV - Investimentos - 4;
- V - Inversões Financeiras - 5;
- VI - Amortização da Dívida - 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza da despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

§ 4º - A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial, com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou mediante transferência por instituições privadas sem fins lucrativos, como também por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º - A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/01 e suas alterações.

§ 6º - As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º - O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º - Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

SEÇÃO I DOS PRAZOS

Art. 8º - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal deverá ser protocolada no prazo previsto na legislação pertinente, sendo que, além da mensagem, será composta de:

- I - demonstrativos orçamentários consolidados;
- II - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- III - anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal - (LC 101/00, Art. 5º).

§ 1º - Os demonstrativos orçamentários consolidados a que se refere o inciso II do caput deste artigo, incluindo os complementos pertinentes referenciados nos arts. 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320/64, compreenderão:

- I - receita e despesa segundo a categoria econômica, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I de que trata o art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;
- II - receita segundo a categoria econômica;
- III - despesa segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por fonte de recursos e por grupo de natureza de despesa;
- IV - despesa segundo a função, subfunção e programa;
- V - receita e despesa das entidades da Administração Indireta, segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por categoria econômica e por fonte de recursos;
- VI - aplicação em ações e serviços públicos de saúde;
- VII - aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VIII - ações financiadas com recursos de operações de crédito;
- IX - demonstração da dívida fundada e flutuante;
- X - evolução da receita segundo a categoria econômica e origem;
- XI - evolução da despesa segundo a categoria econômica;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

- XII - planos de aplicação dos fundos especiais;
- XIII - legislação referente à receita prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- XIV - finalidades e legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º - A composição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a que se refere o inciso III do caput deste artigo, conterà:

- I - programa de trabalho, por poder, órgão e unidade orçamentária;
- II - demonstração da compatibilidade entre a programação constante nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Plano Plurianual 2022-2025.

§3º - Os anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal referidas no inciso IV, do caput deste artigo, compreenderão as seguintes tabelas explicativas:

- a) Demonstrativo de Compatibilidade;
- b) Demonstrativo de Compensação e Renúncia de Receita;
- c) Demonstrativo de Reserva de Contingência;
- d) Despesas relativas à dívida e as Receitas que as atenderão.

§4º Até 24 (vinte e quatro) horas após o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, na forma legal, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, por meio de processamento eletrônico, os dados e informações relativos ao autógrafo.

§5º Os dados referidos no caput deste artigo serão, reciprocamente, disponibilizados na forma acordada entre os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 9º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º - Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º - Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

**CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 10 - O Projeto da Lei Orçamentária de 2023 obedecerá aos princípios da unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, equilíbrio, legalidade, publicidade e da não-afetação da receita, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturado e organizado na forma da presente Lei, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e, no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

Art. 11 - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como sua execução e gestão orçamentária, financeira e contábil, serão realizadas no Sistema Integrado de Gestão, Planejamento, Contabilidade e Finanças.

**SEÇÃO I
DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 12 - A Lei do Orçamento Anual de 2023, abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social referentes aos órgãos dos Poderes, seus fundos especiais e Fundações.

Art. 13 - A receita será detalhada na proposta, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

§ 1º - A classificação das naturezas da receita obedecerá à estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial STN/SOF nº 5, de 25 de agosto de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que altera a estrutura de códigos da classificação da receita quanto à natureza, bem como no Ato n.º 344/2017 de 11 de outubro de 2017, Ato n.º 41/2018 de 17 de janeiro de 2018, Ato n.º 288/2018 de 23 de agosto de 2018, Ato n.º 456 de 29 de agosto de 2019 alterado pelo Ato n.º 108 de 04 de fevereiro de 2020 e o Ato n.º 217 de 23 de abril de 2020. do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA.

§ 2º - A classificação das naturezas da receita de que trata o § 1º deste artigo poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal.

Art. 14 - A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, com suas alterações posteriores, Ato n.º 344/2017 de 11 de outubro de 2017, Ato n.º 41/2018 de 17 de janeiro de 2017, Ato n.º 288/2018 de 23 de agosto de 2018 e Ato n.º 456 de 29 de agosto de 2019 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM-BA, sendo discriminado na Lei Orçamentária e em seus respectivos créditos adicionais por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, identificados respectivamente por títulos e códigos.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

§ 2º - Os elementos de despesas têm por finalidade identificar os objetos de gastos, não sendo obrigatória sua discriminação na Lei Orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais.

Art. 15 - O Orçamento Analítico também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, que contém a discriminação por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

ser ajustado, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita.

Art. 16 - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo deste Município e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as estimativas de receitas para o exercício de 2023, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 17 - As receitas e despesas na proposta orçamentária para o exercício de 2023 serão orçadas e fixadas segundo os preços vigentes no mês da sua elaboração.

Art. 18 - A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 19 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - houver viabilidade técnica e econômica;
- III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- IV - ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.


Parágrafo único - Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de abril do exercício em curso, ultrapasse 15% (quinze por cento) do seu custo total estimado.

Art. 20 - As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 21 - Visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira, ao Poder Legislativo ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o dispositivo constitucional previsto no artigo 29-A, da Constituição Federal, assegurada a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais;
- II - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pelo texto Constitucional referido no inciso anterior.

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

Art. 22 - Em até trinta dias que antecede o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo deverá encaminhar sua previsão orçamentária, exclusivamente, para efeito de consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo por parte do Poder Executivo, desde que sejam atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Será observado o disposto na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - O percentual financeiro devido à Câmara Municipal deverá ser repassado à referida Casa Legislativa até o dia 20 (vinte) de cada mês.

§ 3º - Na hipótese do não cumprimento do prazo estabelecido no caput deste artigo, o departamento de contabilidade poderá elaborar a proposta orçamentária e fazer os devidos lançamentos, cuja programação será baseada no Orçamento em vigor.

Art. 23 - O Poder Executivo adotará mecanismos para incentivar a participação popular, na indicação de prioridades e na elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2023, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados, conforme disposto no art.48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.

§ 1º - Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas ou consultas públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta, através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

III - nas audiências públicas ou consultas públicas, por meio eletrônico, serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

§ 2º - Considerando a Situação de Emergência declarada no Estado da Bahia em função da Pandemia Mundial, bem como os esforços para evitar o avanço na transmissão do Novo Coronavírus (Covid 19), passando temporariamente pela adoção ou ampliação de medidas restritivas, evitando aglomerações, sem prejuízo de se assegurar a participação popular, bem como a continuidade da boa prestação de serviços à sociedade, exclusivamente nesse exercício, se realizará:

a) Coleta, por meio eletrônico, das sugestões a serem incorporadas nas leis de planejamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual).

SEÇÃO II
DAS EMENDAS PARLAMENTARES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

Art. 24 - Na apreciação do Projeto da Lei Orçamentária e dos seus créditos adicionais, não poderão ser apresentadas emendas que:

I - aumentem o valor global da despesa, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 78 combinado com o disposto no art. 160 da Constituição Estadual;

II - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

III - anulem despesas relativas à:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;
- d) seguridade social.

IV - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta Lei e do Plano Plurianual 2022-2025.

§ 2º - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Fica vedada a realização de emendas que modifiquem a programação de despesas de fontes de recursos com finalidades distintas.

§ 4º - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, com mesma finalidade de ação orçamentária integrante do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão dispostas em um anexo específico de Emendas Parlamentares, para demonstrar seu detalhamento.

Art. 25 - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares.

Parágrafo único - No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais, inclusive para pagamento da dívida pública e despesa com pessoal.

Art. 26 - O chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a votação, na comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

**SEÇÃO III
DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 27 - Poderão ser inclusas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 28 - A coleta de dados, o seu processamento, execução e a consolidação da Lei Orçamentária Anual para 2023, bem como suas alterações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos, por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA e por meio eletrônico através do e-TCM.

§1º - Os relatórios que consolidam a Lei Orçamentária Anual emitidos pelo SIGA, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia- TCM-BA através da internet pelo módulo transferidor, devidamente validados pelo titular da Pasta ou entidade, conforme disposto na Resolução n.º 1.273/08 de 17 de dezembro de 2008 e Resolução n.º 1.293/10 de 16 de Dezembro de 2010 do TCM-BA.

§2º - Todos os documentos de que tratam as Resoluções do Tribunal de Contas dos Município - TCM-BA n.ºs 931/04, 1060/05, 1061/05, 1062/05, 1065/05, 1121/05, 1122/05, 1197/06, 1269/08, 1276/08, 1277/08, 1310/12 e 1355/17, referentes à documentação mensal da receita e da despesa e da prestação anual de contas dos jurisdicionados, serão enviados, exclusivamente, por meio eletrônico, em consonância com a Resolução n.º 1337/2015 do TCM-BA.

Art. 29 - A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante equivalente à até 1% (um por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, conforme art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 30 - A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e em conjunto com o Decreto n.º 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

Art. 31 - A execução da Lei Orçamentária de 2023 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

§ 1º - Quando se tratar de crédito especial, o disposto no caput deste artigo será aplicado após a publicação da respectiva lei autorizativa.

§ 2º - Na hipótese de o município não ter fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2023, fica o Poder Executivo, mediante ato próprio, autorizado a inserir fonte de recurso para reforço de dotações orçamentárias, desde que respeitados os grupos de despesas correspondentes.

Art. 32 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos programas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, cujos desdobramentos obedecerão ao disposto na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 1º - Os QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa e fonte de recursos aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - Os QDD's poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares e especiais regularmente abertos.

§ 4º - A apresentação das fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, será feito obedecendo à classificação contida na Resolução n.º 1.268/08 de 27 de agosto de 2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM-BA e suas alterações, bem como, em conjunto com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20, de 23 de fevereiro de 2021 e Portaria n.º 710, de 25 de fevereiro de 2021.

§ 5º - As fontes de recursos aprovadas nesta lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelo Poder Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo o caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Art. 33 - Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2023, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único - As Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta lei poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, além da definição das transferências constitucionais e voluntárias constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado da Bahia.

Art. 34 - As despesas de órgãos, fundos e entidades municipais integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa municipal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, serão classificadas na modalidade de aplicação de código "91" e serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento.

SEÇÃO IV DO EQUILIBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 35 - São medidas para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas e formação de poupança interna destinadas aos programas de governo, dentre outras:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

I - no âmbito das receitas:

- a) aumento real da arrecadação tributária;
- b) recebimento da dívida ativa tributária;
- c) recuperação de créditos junto à União;
- d) geração de recursos provenientes da prestação de serviços públicos;
- e) adequação dos benefícios fiscais.

II - no âmbito das despesas:

- a) racionalização, controle e administração de despesas com custeio administrativo e operacional;
- b) controle e administração das despesas com pessoal e encargos sociais;
- c) administração e controle dos pagamentos da dívida pública;
- d) autorização e execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município;
- e) execução das despesas vinculadas dentro dos limites estabelecidos pelas normas legais;
- f) controle de custos.

Parágrafo único - O órgão central do sistema municipal de planejamento, com base na estimativa da receita e tendo em vista o equilíbrio fiscal do município, estabelecerá o limite global máximo para a elaboração da proposta orçamentária de cada secretaria da Administração Direta do Poder Executivo, incluindo as entidades da Administração Indireta e os fundos a ele vinculados.

**SEÇÃO V
DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 36 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 37 - O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 38 - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculadas às funções de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 39 - Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

- I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado da Bahia e da União, decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;
- II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

**SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO**

Art. 40 - Com vistas ao cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, o Poder executivo, através de decreto, consolidará e elaborará, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, a programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas, com as metas bimestrais de realização e o cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária.

§ 1º - O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - O contingenciamento se dará quando do retardamento ou da inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária, em função da insuficiência de receitas.

§ 3º - O Governo Municipal emitirá um decreto limitando os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual - LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias, sendo que este apresentará, como anexos, limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impeçam o pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores.

Art. 41 - Havendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos Anexos que integram esta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

- I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2023, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;
- II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;
- III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no caput deste artigo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

V - São excluídas da limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este caput deste artigo:

- a) despesa com pessoal e encargos sociais;
- b) despesas com serviço da dívida.

§ 1º - Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cujas execuções poderão ser adiadas sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º - Caso ocorra à recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
SEÇÃO I
DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS AO SETOR PÚBLICO E PRIVADO**

Art. 42 - A inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, somente será feita se atender às exigências legais, constantes do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, se destinadas às entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada e que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto e gratuito ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte;
- II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;
- III - sejam qualificadas como Organizações Sociais ou como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- IV - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- V - sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município, desde que formalizada a requisição mediante apresentação do projeto onde estejam indicados o objeto, finalidades, forma de execução e planilha de custos, devendo também ser de alguma forma evidenciada a participação do Governo Municipal no projeto e eventos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

VI - de atendimento às pessoas em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, em especial crianças e adolescentes, mulheres, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, agricultores familiares, trabalhadores rurais, e as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas;

§ 1º - A execução das dotações sob os títulos especificados neste artigo, além das condições nele estabelecidas, dependerá da assinatura de convênio, conforme observado o disposto no art. 116 e §§ da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - Aos órgãos ou entidades responsáveis pela concessão de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, conforme previsto no caput deste artigo, competirá verificar, quando da assinatura de convênio ou contrato de gestão, o cumprimento das exigências legais.

SEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS

Art. 43 - A destinação de ajuda financeira, a qualquer título, à pessoas físicas, somente se fará para garantir a eficácia da execução de programa governamental específico, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte, atendido ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, inclusive a prévia autorização por lei específica e, desde que, concomitantemente:

I - o programa governamental específico em que se insere o benefício esteja previsto na Lei Orçamentária de 2023;

II - reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;

III - haja prévia publicação, pelo respectivo Poder, de normas a serem observadas na concessão do benefício que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação, classificação e seleção dos beneficiários;

IV - definam-se mecanismos de garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.

§ 1º - É vedada a destinação de recursos de que trata o caput deste artigo à pessoa física que seja cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de dirigente do órgão ou entidade concedente do benefício.

§ 2º - A execução da despesa de que trata esta seção deverá ser feita com o uso das classificações 3.3.90.18 para auxílio financeiro a estudantes ou 3.3.90.48 quando se tratar de outros auxílios financeiros à pessoas físicas, e discriminada no subelemento que retrate fielmente o objetivo do benefício.

CAPÍTULO VI DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 44 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação do resultado dos programas de governo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

Art. 45 - A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei, tendo em vista propiciar o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de Governo, será feita:

I - por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública;

II - diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação orçamentária correspondente, excetuadas aquelas cujas dotações se enquadrem nos termos deste artigo.

§ 1º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

Art. 46 - A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 47 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na área da administração tributária municipal, com destaque para:

I - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal sobre Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

IV - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;

V - revisão da planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização de mercado imobiliário;

VI - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua exatidão;

VII - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN;

VIII - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;

IX - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade às micro e pequenas empresas;

X - prioridades na execução das Leis Municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

- XI - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia, caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária;
- XII - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município;
- XIII - modernização dos procedimentos de administração tributária, financiado com recursos de terceiros.

§ 1º Considerando o disposto no artigo 11 da Lei Complementar Federal n.º 101 de 2000, deverão ser adotadas medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município;

§ 2º Os recursos decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o título V, da Lei Federal n.º 4.320/64;

§ 3º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas nos termos deste artigo, até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício de 2023;

§ 4º - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem em renúncia de receita, além de atender ao interesse público, deverá:

I - estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;

II - atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III - atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício financeiro em que deva iniciar sua vigência de renúncia e nos dois subsequentes, por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 48 - A arrecadação decorrente das receitas municipais deverá possibilitar a prestação de serviços de qualidade e investimentos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico.

Art. 49 - O Poder Executivo deverá considerar para a estimativa da receita orçamentária as medidas adequadas à expansão da arrecadação tributária municipal.

Parágrafo único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária deverá discriminar e estimar os recursos incrementados, decorrentes da alteração proposta.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 50 - A política de pessoal do Poder Executivo Municipal poderá ser objeto de negociação com as entidades sindicais e associações representativas dos servidores, empregados públicos municipais, ativos e inativos, através de atos e instrumentos próprios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

Art. 51 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2022, projetadas para o exercício de 2023, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único: Caso a despesa com pessoal exceda 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no inciso III do artigo 19 da LC nº 101/00, admitir-se-á a contratação de horas extras para atendimento a necessidade de serviços de saúde, educação e serviços urbanos, bem como às situações de estado de emergência.

Art. 52 - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes ao ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 53 - Para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, constantes de quadro específico da lei orçamentária, observadas as normas constitucionais e legais específicas.

Art. 54 - Serão previstas na lei orçamentária anual as despesas específicas para formação, treinamento, desenvolvimento e capacitação profissional dos recursos humanos, bem como as necessárias à realização de certames, provas e concursos, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção, acesso e outras formas de mobilidade funcional previstas nas leis que tratam dos Planos de Cargos e Salários e dos Planos de Carreiras do Município.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE CRÉDITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

Art. 55 - A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual, com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 56 - A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Art. 57 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará aos órgãos e entidades devedoras a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2023, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 30, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de natureza de despesas, especificando no mínimo:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- VI - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado e;
- VIII - número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único - A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º art. 100 da Constituição Federal, e das parcelas resultantes do disposto no artigo 78 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará no exercício de 2022, inclusive em relação às causas trabalhistas, a variação do IGP-DI - Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 58 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 59 - A lei orçamentária poderá conter autorização para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na resolução n.º. 43, de 2001 do Senado Federal.

Art. 60 - As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e deverão estar em conformidade com dispositivos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 pertinentes à matéria.

Art. 61 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido aprovadas pela Câmara Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

Parágrafo único. As operações de crédito que forem contratadas após a aprovação do projeto de lei orçamentária obrigam o Poder Executivo a encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei especificando as receitas e a programação das despesas.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62 - O Poder Executivo poderá, mediante abertura de créditos suplementares transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar de forma direta na Lei Orçamentária para 2023, quando da sua publicação, as eventuais alterações da estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e despesa, permanecendo inalterado o valor total do Orçamento Anual, decorrentes de alteração na legislação federal ou estadual ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para 2023 à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 64 - Os recursos recebidos em decorrência de ação ajuizada contra a União, objeto de precatórios, em virtude de insuficiência dos depósitos do FUNDEF, atual FUNDEB, referentes a exercícios anteriores, somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, em conformidade com o disposto nas Leis Federais nº 9.394/1996 e 11.494/2007, como também Resolução n.º 1.346/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM-BA e suas atualizações.

§ 1º Por se tratarem de diferenças relativas a diversos exercícios financeiros, a municipalidade deverá realizar as despesas consoante com o plano de aplicação, podendo estas serem efetivadas em exercícios diversos daquele em que ocorrer a transferência financeira para os cofres municipais.

§ 2º Em decorrência da utilização vinculada à educação, não se admite, a qualquer título, a cessão dos créditos de precatório, nem sua utilização para o pagamento de honorários advocatícios, inclusive na hipótese dos contratos celebrados para propositura e acompanhamento da ação judicial visando obter os respectivos créditos, ressalvadas decisões judiciais em contrário, transitadas em julgado.

§ 3º As despesas decorrentes dos recursos tratados nesta Resolução não serão consideradas para fins do quanto disposto no art. 212 da Constituição Federal do Brasil.

§ 4º Qualquer outra destinação ou aplicação não prevista em lei para os recursos especificados no caput desse artigo, salvo por determinação judicial transitada em julgado, deverá ser objeto de consignação pela Inspeção Regional de Controle Externo - IRCE no Relatório Mensal (RM) de fiscalização.

Art. 65 - A contabilidade para o exercício de 2023 deverá instituir instrumentos eficientes para elaboração das demonstrações consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

ao Setor Público nos termos da Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017 e em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 12ª Edição e suas atualizações.

Art. 66 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do período legislativo em curso, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, pelo seu Presidente, até que tal matéria seja apreciada.

Art. 67 - Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistos como indicativos. Para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, desde que a receita efetivamente realizada justifique as variações.

Art. 68 - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, deverão ser adicionadas à reserva de contingência.

Art. 69 - Para as despesas cujas fontes de custeio sejam provenientes de Operações de Crédito e Convênios para transferências de recursos, somente serão efetivadas com a assinatura dos atos e o consequente ingresso do recurso do tesouro, incluindo a contrapartida referente à operação.

Art. 70 - O detalhamento das dotações orçamentárias por elemento de despesa se dará após a publicação da Lei Orçamentária Anual, através da divulgação do Decreto de Aprovação do Quadro de Detalhamento de Despesas, após ser efetivado nos sistemas informatizados de planejamento e finanças.

Art. 71 - Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência, nos fins previstos no artigo 28 desta Lei, até 30 de setembro de 2023, o Poder Executivo disporá sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais devidamente autorizados.

Art. 72 - A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, deverá observar as regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, aplicando-se esta Lei no que couber.

Art. 73 - As propostas de modificação do Projeto da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, inclusive suas solicitações, serão apresentadas:

I - na forma prevista e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

Parágrafo único - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

Art. 74 - O Poder Executivo publicará, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO na forma prevista no § 3º do art. 165 da CF/88 e art. 52 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 - LRF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA

Art. 75 - O Poder Executivo publicará, em até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em conformidade com o art. 54 da LRF.

Parágrafo Único - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Art. 76 - Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Art. 77 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 78 - Para cumprimento do disposto no art. 42, da Lei Complementar Federal nº 101/00, considera-se:

- I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou outro instrumento congêneres;
- II - compromissadas, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 79 - Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

- I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - a possibilitar o assessoramento técnico para o desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;
- III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;
- IV - à cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;
- V - ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 80 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, ou se retarde sua sanção por necessidade de veto total ou parcial, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, até a promulgação da respectiva Lei, autorizados a, exclusivamente:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

- a) executar as despesas de custeio administrativo até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária;
- b) utilizar-se dos recursos necessários para saldar parcelas das dívidas vencidas;
- c) efetuar despesas com pessoal, conforme os valores previstos na proposta orçamentária;
- d) realizar despesas relativas às parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato para o exercício;
- e) realizar despesas de investimentos resultantes de contratos firmados nos exercícios anteriores.

Art. 81 - Integram esta Lei:

I - Anexo I - Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;

II - Anexo II - Metas Fiscais, constituído por:

- a) Anexo II - A - Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo;
- b) Anexo II - B - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Anexo II - C - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Anexo II - D - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Anexo II - E - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Anexo II - F - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial;
- g) Anexo II - G - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
- h) Anexo II - H - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas;

III - Anexo III - Avaliação de Riscos Fiscais.

Art. 82 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2023.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, EM 25 DE MAIO DE 2022.


MARCELO GUSMÃO PONTES BELITARDO
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

ANEXOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

SUMÁRIO

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ANEXOII – METAS FISCAIS

- Anexo II. A Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo
- Anexo II. B Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior
- Anexo II. C Anexo de metas anais fixadas nos três exercícios anteriores
- Anexo II. D Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido
- Anexo II. E Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativo
- Anexo II. F Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência do Servidor
- Anexo II. G Estimativa e compensação da renúncia de receita
- Anexo II. H Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

ANEXO III – RISCOS FISCAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|--|---|-------------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1001 - | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL | PRÉDIO CONTRUÍDO | Unidade | 1 |
| 2001 - | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2002 - | MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA DA CÂMARA MUNICIPAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 002 - APOIO ADMINISTRATIVO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2003 - | GESTÃO DE AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2080 - | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DOS CONSELHOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 003 - ASSESSORAMENTO JURÍDICO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2004 - | GESTÃO DE AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 004 - CONTROLE REESTRUTURADO, EFICIENTE E MODERNO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2005 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 005 - GESTÃO EFICIENTE E PRODUTIVA | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1002 - | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1007 - | CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO | PRÉDIO CONSTRUIDO | Unidade | 1 |
| 2038 - | MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 006 - GESTAO TRIBUTÁRIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 0905 - | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 0906 - | GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA E CONTRIBUTIVAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1003 - | MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DA AREA TRIBUTÁRIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2007 - | GESTAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 9999 - | RESERVA DE CONTINGENCIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|---|--|----------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 008 - TEIXEIRA DE FREITAS DE MÃOS DADAS PELA SAUDE | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1205 - | GESTAO DAS AÇÕES - BLOCO DE INVESTIMENTOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2099 - | GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2201 - | GESTAO DAS AÇÕES - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2202 - | GESTÃO DAS AÇÕES - BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2203 - | GESTÃO DAS AÇÕES - BLOCO ASSISTENCIA FARMACÉUTICA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2204 - | GESTÃO DAS AÇÕES - BLOCO GESTAO DO SUS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2206 - | GESTÃO DAS AÇÕES - BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2207 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2208 - | GESTÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2210 - | GESTÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2211 - | GESTÃO DO PROGRAMA NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA NASF - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2212 - | GESTÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2213 - | GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2341 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2400 - | ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA - COVID 19 | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|---|--|-------------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 009 - EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, VIDAS QUE TRANSFORMAM | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1004 - | CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL MUNICIPAL/TEATRO; | PRÉDIO CONSTRUÍDO | Unidade | 1 |
| 1009 - | IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL | PRÉDIO CONSTRUÍDO | Unidade | 1 |
| 1014 - | CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1015 - | CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1020 - | CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2036 - | REALIZAÇÃO DE FESTAS POPULARES E RELIGIOSAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2050 - | MANUTENÇÃO DO FUNDO DE CULTURA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2051 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2052 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA CULTURA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2053 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2054 - | GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2055 - | GESTÃO DO FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAMENTAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2056 - | GESTÃO DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2057 - | GESTÃO DAS AÇÕES SALÁRIO-EDUCAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2058 - | GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2059 - | GESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2060 - | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2070 - | GESTÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO - PRECATÓRIO FUNDEF | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2340 - | PASSE LIVRE ESTUDANTIL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2342 - | GESTÃO DO FUNDEB 30% - ENSINO INFANTIL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2343 - | GESTÃO DO FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|--|--|----------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 010 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E BEM CUIDADO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1005 - | INFRAESTRUTURA URBANA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1006 - | INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1099 - | PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2 | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2029 - | GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2040 - | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E SERV. URBANOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Matr. 27.444



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|--|--|-------------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 011 - DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS À TODOS | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1021 - | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS | PRÉDIO CONSTRUIDO | Unidade | 1 |
| 1022 - | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CREAS | PRÉDIO CONSTRUIDO | Unidade | 1 |
| 1023 - | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO POP | PRÉDIO CONSTRUIDO | Unidade | 1 |
| 2086 - | EXECUÇÃO DO PROGRAMA BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC NA ESCOLA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2087 - | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROM. ACESSO AO MUNDO - ACESSUAS TRABALHADORIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2088 - | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2301 - | MANUT. EXEC. AÇÕES DA SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2302 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2303 - | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAM - CENTRO DE REFERENCIA ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2305 - | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLITICAS PÚBLICAS - SMAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2309 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2318 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA AMA AUXÍLIO BRASIL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2319 - | APOIO A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DAGESTÃO DO SUAS E FMAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2321 - | MANUT. E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2324 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2325 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA E FORMAÇÃO DE PESSOAS DA PESSOA IDOSA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2326 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ANTIDROGAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2327 - | MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA JUVENTUDE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2328 - | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2335 - | MANT. E AÇÕES DE FORTALECIMENTO DO CPMAS NO AMBITO DO SUAS E PAB | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2337 - | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2338 - | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2344 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - SEAS - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023

PRIORIDADES E METAS

| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|---|--|----------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 011 - DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS À TODOS | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2345 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - LAPSC - RECURSO FEDEARÇÃO REALIZADA | | PORCENTAGEM | 100 |
| 2346 - | GESTÃO DO PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - ABRIGO CRIANÇA - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2347 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROGRAMA - SCFV - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2348 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CENTRO POP - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2349 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROGRAMA PAIF - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2350 - | GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PROGRAMA PAEFI - RECURSO FEDERAL | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 012 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRODETEF | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2041 - | MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE DES. ECON. CIÊNCIAS, TEC. ETURISMO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2081 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO TURISMO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2082 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO COMÉRCIO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2083 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2084 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA INDÚSTRIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2085 - | GESTÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DOTURISMO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 013 - TEIXEIRA CIDADE LAR | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1016 - | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 1017 - | CONSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2067 - | GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2068 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 014 - PROJETOS E GERENCIAMENTO DE CONVÊNIOS | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2043 - | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETO ESTRAT. E GERENC. DE CONVÊNIOS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 145

Centro

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

CNPJ: 13650403000128

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023
PRIORIDADES E METAS


| Código | Descrição | Produto | Unidade de Medida | Meta |
|--|---|----------------|-------------------|------|
| PROGRAMA: 015 - GOVERNO INTEGRADO E PARTICIPATIVO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1018 - | IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE MONITORAMENTO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2024 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2025 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA COM CIDADANIA | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 016 - TEIXEIRA AGROINDUSTRIALIZADA | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1008 - | REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES AGROPECUÁRIAS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2034 - | PROGRAMA DE CAP. FORTALECIMENTO DE PRODUTORES RURAIS | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2037 - | REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2039 - | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2045 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 017 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 2021 - | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2042 - | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| PROGRAMA: 018 - ESPORTE INTEGRATIVO | | | | |
| AÇÕES | | | | |
| 1010 - | CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DESP. DE LAZER | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2022 - | GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE ELAZER | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| 2035 - | PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |
| | GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE | AÇÃO REALIZADA | PORCENTAGEM | 100 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

**PRIORIDADES E METAS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**COLETADAS ATRAVES DE CONSULTA
PÚBLICA**


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411

Av. Marechal Castelo Branco 145 – Centro – Teixeira de Freitas – BA – Cep-45.985.041



Questões para compor o questionário da consulta pública para a elaboração do PPA da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Urbanos.

Serviço: Iluminação Pública

1. No que se refere a manutenção e modernização do serviço de iluminação pública na sede, distrito, povoados e nas comunidades rurais qual o anseio da população:
 - a) Central de atendimento que disponibilize um protocolo de ligação e prazo de até 48 horas para solucionar o problema.
 - b) Maior investimento em extensão de rede de iluminação, ou seja, instalação de mais postes com ponto de iluminação.
 - c) Instaurar a ronda noturna com colaboradores do município que possam identificar as lâmpadas queimadas, e encaminhar a demanda para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Urbanos.

Serviço: Limpeza Urbana

2. No que se refere a limpeza urbana na sede distrito e povoado, o que os munícipes esperam da gestão:
 - a) Instauração de mutirão de limpeza por bairro com os serviços de roçagem, capina, varrição bem como o recolhimento de lixos e entulhos provenientes do serviço de limpeza no local.
 - b) Central de atendimento disponível para os munícipes para que liguem e agendem a limpeza da rua onde o munícipe reside, sendo os serviços de roçagem, capina, varrição, recolhimento de lixo e entulho.
 - c) Instalar pontos de descarte de lixo em contêineres distribuídos nos bairros.


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411

Serviço: Cemitério Municipal

3. No que concerne a gestão dos cemitérios municipais da sede, distrito e povoado, bem



como das áreas rurais quais são principais mudanças efetivas esperadas pelos munícipes:

- a) Extinção de ossuário uma vez que acabam por servir de abrigo para micro organismo muito das vezes patogênicos assim também insetos levando em consideração que existem métodos mais modernos para a destinação dos restos mortais tal como a incineração tornando o ambiente muito mais higiênico e salubre.
- b) Instaurar rede de comunicação coletiva tal como publicidades que informem o procedimento de aquisição de terrenos esclarecendo o local onde pagar e o valor estipulado tornando o tramite mais transparente possível.
- c) Contato periódico com os responsáveis das carneiras notificando quanto a conservação e limpeza dos túmulos para que também façam parte do processo de limpeza e harmonização do cemitério dentro daquilo que é o seu dever.

Serviço: Saneamento Básico

4. Visando tornar a área pública mais limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para a população da sede e dos distritos, o saneamento básico deve buscar melhorias em:
 - a) Fomentar a extensão da rede de esgoto nos bairros que ainda não foram contemplados.
 - b) Substituição de redes de manilhas antigas por manilhas novas, bem como, tubulações modernas para aumentar a eficiência da rede de esgoto existente.
 - c) Isolamento total da rede antiga de esgoto gerenciada pelo Município nos bairros que já são contemplados pela rede de esgoto da Embasa uma vez que a rede antiga se encontra deteriorada causando inúmeros transtornos e vazamentos nas vias públicas.

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|----------------------|
| 1 | A) 3 B) 4 C) 3 |



| | |
|---|----------------------|
| 2 | A) 6 B) 4 C) 1 |
| 3 | A) 3 B) 4 C) 4 |
| 4 | A) 4 B) 2 C) 5 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Cultura

1) Teixeira de Freitas tem demonstrado ao longo de sua história um aumento significativo de artistas e atividades culturais regionais.

Na sua opinião, de que forma podemos dar visibilidade aos artistas e seus trabalhos?

- a) Construção de espaços destinados a atividades culturais em pontos estratégicos da cidade.
- b) Ampliação de cursos profissionalizantes na área artístico/cultural.
- c) Construção de um teatro municipal.

Estrutura física das escolas municipais da Educação Infantil

2) Na sua opinião, como melhorar os espaços educacionais que oferecem a Educação Infantil?

- a) Reformar os prédios alugados.
- b) Alugar espaços em condições melhores para esta modalidade de ensino.
- c) Adquirir prédios próprios, em condições melhores para a oferta satisfatória da Educação Infantil.

Valorização dos servidores da Educação

3) A qualidade da Educação perpassa a valorização dos seus profissionais.

Na sua opinião, para alcançarmos a qualidade devemos investir em:

- a) Melhoria salarial.
- b) Formação continuada para qualificação profissional.
- c) Melhoria das condições de trabalho nos aspectos das estruturas físicas das escolas e dos recursos pedagógicos e tecnológicos.

Tecnologia

4) A pandemia evidenciou a necessidade de investimento em recursos tecnológicos.

Mesmo após a Pandemia, o investimento deverá ser prioritariamente em:

- a) Aquisição de equipamentos tecnológicos para as unidades escolares.
- b) Investimento em formação continuada na área de tecnologia.
- c) Otimizar o acesso de redes de wifi com fins educacionais nas escolas.



| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|----------------------------|
| 1 | A - 19 B - 12 C - 17 |
| 2 | A - 2 B - 2 C - 43 |
| 3 | A - 19 B - 4 C - 25 |
| 4 | A - 25 B - 14 C - 8 |


Tarciso Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023 SECRETARIA DE HABITAÇÃO

*Obrigatório

Bairro * _____

1.1 CEP.

1) Em sua opinião quais deveriam ser as prioridades para o plano habitacional de Teixeira de Freitas?

Marcar apenas uma oval.

- Um programa para ajudar na reforma e construção de casas da população mais carente
- Construção de um novo conjunto habitacional
- Ampliação do Programa Moradia Legal com a regularização fundiária de imóveis

2) Sobre a Proposta de Criação de um Mutirão para construção e Reforma para adequação de moradias você considera?

Marcar apenas uma oval.

- Uma ótima ideia e tem interesse em participar
- Uma boa ideia, mas sem interesse em participar
- Uma Péssima ideia, o Município deveria ter outras prioridades

3) Ainda sobre prioridade, qual público deveria ter preferência em um novo conjunto habitacional?

Marcar apenas uma oval.

- Moradores de áreas de Risco e de preservação permanente – APP
- Mães chefes de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com cadastros para PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA, (antigo programa Minha Casa Minha Vida) e que não foram contempladas em outros empreendimentos



() Suplentes dos Grupos mais Vulneráveis do PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA, (antigo programa Minha casa minha vida: Idosos, pessoas com comorbidades e pessoas com necessidades especiais.

4) A Secretaria Municipal de Habitação tem se empenhado em desenvolver projetos para melhoria das moradias em Teixeira de Freitas e uma grande preocupação tem sido a situação das pessoas em situação de rua. Qual desses projetos parece mais promissor?

Marcar apenas uma oval.

() Construção de um abrigo Municipal.

() Encaminhamento destas pessoas para o aluguel social.

() Compra e Construções de moradias populares através de um programa Habitacional Municipal.

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|-----------------------|
| 1 | A) 7 B) 6 C) 3 |
| 2 | A) 9 B) 6 C) 1 |
| 3 | A) 4 B) 10 C) 2 |
| 4 | A) 6 B) 2 C) 8 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023

SECRETARIA DE SAÚDE

1) Relacionado ao posto de saúde do seu bairro, marque a alternativa que você acha que há necessidade de melhoria?

- a. Estrutura
- b. Atendimento
- c. Medicamentos

2) No geral, como você avalia os hospitais?

- a. Bom
- b. Regular
- c. Ruim

3) Quais exames você acha que deveriam ter uma melhor disponibilidade?

- a. Exames de imagem
- b. Exames Laboratoriais
- c. Outros

4) Marque abaixo, o ponto que você acha que deveria ser melhorado na saúde pública.

- a. Investimento na saúde primária
- b. Melhoria na gestão
- c. Agendamento ao invés de senhas

5) Quais alternativas abaixo você acredita que melhoraria o atendimento da UPA 24 HRS?

- a. Mais atendimentos médicos
- b. Curso de atendimento ao público para os funcionários
- c. Diminuir espera na recepção

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|-------|
|-------|-------|



| | |
|---|-----------------------|
| 1 | A) 4 B) 12 C) 3 |
| 2 | A) 2 B) 13 C) 4 |
| 3 | A) 9 B) 5 C) 4 |
| 4 | A) 6 B) 11 C) 2 |
| 5 | A) 6 B) 4 C) 9 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TURISMO

1. Quais incentivos poderiam ser realizados para atrair novas indústrias/empreendimentos e estimular a permanência das já existentes no município?

Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Redução de alíquotas;
- b) Concessão de áreas para implantação de indústrias;
- c) Isenção de taxas tanto para os estabelecimentos já atuantes quanto para os novos;

2. Quais investimentos turísticos devem ser priorizados no município?

Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Construção de Centro de Convenções e Eventos;
- b) Implantação do Turismo Rural, Criativo e de Experiência (Criação de Rotas Turísticas);
- c) Criação de Eventos de Negócios e Culturais (Shows, Exposições, Feiras, Festas Comemorativas, etc);

3. Quais os projetos voltados para a Economia Criativa e Solidária devem ser colocados em prática no município?

Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Criação da Casa do Artesão;
- b) Projetos voltados a divulgação e escoamento de produtos do setor como feiras em datas comemorativas e/ou outros;
- c) Criar portfólio atualizado dos produtos disponíveis da categoria e cadastrar em site, direcionando cada peça ao whats app do artesão criador.

4. Quanto a participação do Micro e Pequeno Empresário nos processos de Compras Públicas, quais iniciativas poderiam ser aplicadas a fim de aumentar o incentivo a participação e conseqüentemente a expansão e crescimento destas



através da participação nos processos de licitação? Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Disponibilização semanal dos certames e processos através de Card no site da prefeitura e sala do empreendedor, facilitando o conhecimento e a adesão do empresário;
- b) Disponibilização de treinamentos e palestras sobre a participação das empresas nos certames, bem como a importância do fornecimento de bens e serviços para o setor público como meio de crescimento das micro e pequenas empresas;
- c) Incentivar mais, a participação dos pequenos negócios nas compras governamentais.

5. Quanto à Capacitação Profissional, quais cursos seriam importantes para alavancar o seu negócio?

Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Gestão de Negócios;
- b) Marketing Digital;
- c) Atendimento ao Cliente com Técnicas em Vendas;

6. Quais projetos na área de tecnologia deveriam ser priorizados no município?

Pode assinalar mais de uma opção.

- a) Campeonato de Robótica e Games;
- b) Cursos voltados a tecnologia e inovação (Aplicativos e Programação);
- c) Projetos voltados a área do Empreendedorismo Jovem;

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|--------------------------|
| 1 | A – 6 B – 8 C – 11 |
| 2 | A – 7 B – 2 C – 16 |
| 3 | A – 11 |



| | |
|---|---------------------------|
| | B - 13 C - 3 |
| 4 | A - 3 B - 17 C - 5 |
| 5 | A - 9 B - 13 C - 4 |
| 6 | A - 0 B - 15 C - 10 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Assinale até 5 opções abaixo, relacionando as prioridades da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRI):

1. Assistência técnica agrícola
2. Assistência técnica veterinária
3. Patrolamento/manutenção de estradas vicinais
4. Preparação de terra (aração)
5. Apoio aos mercados municipais (Mercadão e Mercado Caravelas)
6. Apoio a festividades típicas da zona rural
7. Apoio aos produtores rurais (pequenos, médios e grandes)
8. Melhoramento do ambiente interno de atendimento da SEAGRI
9. Apreensão de animais de grande porte as vias de Teixeira de Freitas
10. Desenvolvimento do viveiro de mudas municipal
11. Ampliação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO:

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|-------|
| 1 | 8 |
| 2 | 6 |
| 3 | 4 |
| 4 | 2 |
| 5 | 4 |
| 6 | 2 |
| 7 | 6 |
| 8 | 0 |
| 9 | 6 |
| 10 | 1 |
| 11 | 1 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1- Estruturar e ampliar os espaços físicos dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, bem como garantir equipe técnica para execução dos serviços, programas e projetos do SUAS, conforme NOB-RH/SUAS.
- 2- Implantar equipes volantes nos CRAS e garantir recursos humanos e materiais atingindo uma maior cobertura dos atendimentos no município em interface com o Programa Auxílio Brasil – PAB.
- 3- Executar campanhas e ações de divulgação na sede, nos distritos e nos assentamentos que estimulem a procura pelos serviços socioassistenciais.
- 4- Garantir o direito de concessão do benefício eventual (documentação civil básica/RG), conforme assegurado pela Lei Municipal nº 1019/2018 e resolução 11/2019.
- 5- Criação de uma casa de passagem para apoiar pessoas que se encontram de forma temporária na cidade de Teixeira de Freitas, em situação de vulnerabilidade que não tem como arcar com hospedagem e alimentação.
- 6- Implementar ações que atendam às necessidades da População em Situação de Rua e ou outra situação de vulnerabilidade que estejam de passagem pelo Município.
- 7- Assegurar ao adolescente que esteja no atendimento socioeducativo o direito de atenção à saúde de qualidade na rede pública SUS (uso/dependência de drogas, direito da assistência pré-natal parto e puerpério), de acordo com suas demandas específicas.



- 8- Parcerias com setores público e privado visando o encaminhamento ao mercado de trabalho, desenvolvendo ações concretas e planejadas no sentido de inseri-los no mercado formal, em estágios remunerados, a partir de convênios;
- 9- Definir diretrizes e estabelecer protocolos e fluxo da ampliação da medida protetiva de acolhimento institucional as crianças, adolescentes e idosos.
- 10- Ampliar e articular Programas, Serviços Socioassistenciais, órgãos de garantia de direitos e programas de defesa e proteção social as famílias em situação de vulnerabilidades com crianças, adolescentes e idosos institucionalizados.
- 11- Garantir o acesso das famílias com familiares institucionalizadas “crianças, adolescentes e idosos” junto com a política de saúde, assistência social, educação e trabalho e renda afim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como assegurar ações e emancipação social.
- 12- Aprimorar o referenciamento de pessoas em situação de rua e inserção no Cadúnico.
- 13- Promover ações de profissionalização e inserção das pessoas em estado de vulnerabilidade e risco social no mercado de trabalho, gerando emprego e renda. Criar mecanismos através de cursos profissionais gerando emprego e renda a fim de empoderar famílias assistidas pelo Bolsa Família.
- 14- Garantir capacitação e educação permanente para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, controle social (CMAS e demais conselhos) e Conselho Tutelar.
- 15- Promover a articulação da Rede de enfrentamento à Violência contra a mulher no município de Teixeira de Freitas e na região do Extremo Sul com a finalidade de construir relações interinstitucionais e aperfeiçoar o padrão de atendimento para as usuárias do CRAM.



| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|-------|
| 1 | 4 |
| 2 | 3 |
| 3 | 1 |
| 4 | 1 |
| 5 | 5 |
| 6 | 2 |
| 7 | 3 |
| 8 | 5 |
| 9 | 0 |
| 10 | 0 |
| 11 | 0 |
| 12 | 0 |
| 13 | 4 |
| 14 | 3 |
| 15 | 2 |


Tarciso Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

A Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas - Secretaria de Esportes e Lazer
Pesquisa para fundamentação das prioridades do PPA 2022 a 2025

1º No que refere a aquisição e construção de novos ginásios e equipamentos esportivos, sugere-se:

- () Construção de ginásios e equipamentos esportivos em pontos estratégicos e vulnerais da cidade.
- () Resignificar e revitalizar o Estádio de Futebol e Centro Esportivo Municipal.
- () Construção de ciclovias e áreas específicas para pratica do atletismos e esportes radicais.

2º Quanto às atuações da Secretaria de Esporte e Lazer, sugere-se:

- () Capacitação, valorização e formação de todos os servidores do esporte.
- () Levar as atividades da pasta em pontos estratégicos, bairros e povoados.
- () Criação de projetos voltados para a promoção da educação e saúde dos munícipes através do esporte.

3º Quanto às políticas públicas voltadas para o desporto e lazer sugere-se:

- () Pluralização e diversificação no atendimento a modalidades esportivas.
- () Criação de um Programa e projetos esportivos para atender público vulnerável e Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) ou PCD.
- () Criação das seleções de base e apoio ao desporto de auto rendimento.

4º Quanto a outras modalidades de esportes e lazer, sugere-se:

- () Construção de ciclovias e ciclo faixas e uma pista de atletismo na região central da cidade e nas principais avenidas.
- () Campeonatos e eventos de diversas modalidades, faixas etárias e categorias, inclusive para esportes radicais, ciclismo e atletismo e outros.
- () Apoio a Copa de Bairros, campeonatos e competições em geral de futebol de campo, sintético, quadra em todas as modalidades, investimento do Intermunicipal e Time Profissional.



5º Quanto à divulgação e elaboração dos serviços oferecidos pela Secretaria de Esporte e Lazer, sugere-se:

- () Criação de aplicativo para cadastro e acesso online dos usuários.
- () Aumento de quadro de servidores.
- () Aumento no quantitativo de equipamentos esportivos e de lazer.

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|-------------------------|
| 1 | A) 58 B) 12 C) 81 |
| 2 | A) 31 B) 49 C) 69 |
| 3 | A) 58 B) 61 C) 27 |
| 4 | A) 58 B) 54 C) 35 |
| 5 | A) 31 B) 7 C) 112 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1 - Ampliação das ações de fiscalização ambiental.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa

2 - Planejar a execução da logística reversa no município, bem como a gestão de resíduos sólidos, secos e úmidos.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa

3 - Proteção e revegetação das Áreas de Preservação Permanente.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa

4 - Recuperação de nascentes.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa

5 - Construção/revitalização de praças.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa



6 - Aumentar o plantio de árvores em áreas urbanas.

Prioridade:

- a) alta
- b) média
- c) baixa

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|--------------|
| 1 | A) 5 B) 2 |
| 2 | A) 5 B) 2 |
| 3 | A) 6 B) 1 |
| 4 | A) 7 |
| 5 | A) 3 B) 4 |
| 6 | A) 5 B) 2 |



CONSULTA PÚBLICA – LDO 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E CIDADANIA

1. Trânsito - Em relação ao trânsito do Município de Teixeira de Freitas, o que você espera do governo?

- a) Que a fiscalização seja mais ostensiva e efetiva;
- b) Que a sinalização viária horizontal seja refeita;
- c) Que a sinalização viária vertical seja complementada;
- d) Que sejam disponibilizados mais estacionamentos;
- e) Que sejam realizadas mais blitz (Fiscalizatória e educativa).

2. Cidadania e Defesa Civil - Quais ações da defesa Civil do Município o governo deve intensificar:

- a) Ações preventivas e reconstrutivas, no que tange aos desastres causados pelas fortes chuvas;
- b) Intensificação da fiscalização às famílias que insistem em ficar nas áreas consideradas de risco;
- c) Apoio às famílias desabrigadas em virtude de desastres causados pela natureza.

3. Guarda Municipal - Dentre os serviços ofertados pela Guarda Municipal, qual deles o governo deve intensificar:

- a) Apoio ao SAMU nos atendimentos à população;
- b) Apoio ao Departamento de trânsito nas ações fiscalizatórias;
- c) Fiscalização preventiva e efetiva das atividades de dano ao patrimônio público.

4. Segurança - Em relação à segurança das pessoas no Município, o que se espera do governo:

- a) Ações do serviço de inteligência para prevenção de crimes;
- b) Respostas mais rápidas à população na elucidação dos crimes no Município;



c) Ações repressivas às atividades criminosas.

5. Em relação às ações de cidadania, o que você espera do governo:

- a) Ações mais inclusivas das pessoas em situação de pobreza;
- b) Pesquisas de bairro para ver as necessidades da população, de forma setorizada;

| OPÇÃO | VOTOS |
|-------|--|
| 1 | A) 14 B) 5 C) 5 D) 4 E) 10 |
| 2 | A) 13 B) 11 C) 13 |
| 3 | A) 5 B) 6 C) 29 |
| 4 | A) 15 B) 8 C) 17 |
| 5 | A) 12 B) 25 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

ANEXO II

METAS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

ANEXO II METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 (Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio 2000)¹

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA

ANÁLISE PRELIMINAR²

A expectativa para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022 subiu de 3,50% para 6,45%. Foi a sétima alta semanal consecutiva. Porém para 2023, a projeção aumentou de 3,25% para 3,70%.

As expectativas estão no Relatório Focus, que é divulgado próximo ao final de todos os meses, pelo Banco Central, traz as projeções do mercado para os principais indicadores econômicos do país.

A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central é de 3,50% em 2022 e 3,70% em 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Expectativas Focus para o IPCA



¹ demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

² Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/26/por-impacto-do-coronavirus-bc-reduz-projecoes-de-inflacao-de-2022-a-2022.ghtml>



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

1. INTRODUÇÃO

Considerando que para o planejamento governamental o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, as quais serão a base para a fixação na Lei Orçamentária Anual do limite de gastos nos programas e ações.

A previsão de receitas é um procedimento por meio do qual estimamos para o exercício em curso e para os exercícios seguintes, a arrecadação de uma determinada natureza de receita. Essa previsão é realizada por um modelo de projeção que, na realidade é uma fórmula matemática com um encadeamento lógico de execução para retratar ou simular o comportamento de determinada arrecadação. Os modelos de projeção de receitas utilizam basicamente parâmetros de efeito preço, quantidade, série histórica e informações sobre alteração na legislação pertinente.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2023, a qual servirá de parâmetro para elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, apresentamos as seguintes considerações:

2. QUANTO A METODOLOGIA DA RECEITA:

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a série histórica de arrecadação.

Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos e que para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtêm-se a previsão através da soma da arrecadação mensal, ao longo dos últimos 12 (doze) meses anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica o Crescimento do PIB-BA (índice de crescimento ou decréscimo real do setor da economia), a Inflação projetada para o período (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), percentual referente as Transferências Constitucionais e por fim o Esforço de arrecadação municipal, conceituando-se a seguir:

a) EFEITO PIB-BA:

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

Entretanto, no que refere a estimativa para 2023, foi considerada igual à média nacional. No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 2,5% em 2022 e de 2,7%, 2,9% e 3,0% nos três anos seguintes, respectivamente. Esta expectativa assenta-se na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os ajustes fiscais da União e os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso.

b) EFEITO EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO:

Como expectativa inflacionária para o período 2023 - 2025, adotou-se a variação na média esperada do Índice de Preço para o Consumidor Amplo (IPCA), projetado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

c) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS:

Dessas transferências, as principais são: FPM, FUNDEB, ICMS, IPVA e ROYALTIES, onde traçaremos um cenário de prudência, visto que a União, ao longo dos meses, vem sucessivamente reestimando seus percentuais macroeconômicos, onde estes influenciam diretamente nos municípios.

d) ESFORÇO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

As receitas provenientes de arrecadação própria - Receitas Tributárias (IPTU - ISS - IRRF), que são de competência municipal, vem apresentando pequeno crescimento no decorrer do triênio (2020 à 2022). Devido este quadro evolutivo a administração tributária buscará melhor desempenho para os próximos exercícios.

A seguir, são apresentadas as projeções para as categorias mais significativas da receita municipal para o exercício que se refere a LDO e para os dois seguintes:

| VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS | | | |
|--------------------------------------|------|------|------|
| | 2023 | 2024 | 2025 |
| Crescimento real do PIB - BA (%) | 2,50 | 3,20 | 3,00 |
| Inflação IPCA (%) | 3,70 | 3,60 | 3,70 |
| Transferências Constitucionais (%) | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Esforço de Arrecadação Municipal (%) | 1,00 | 1,00 | 1,00 |

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas macroeconômicas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS ESTADO DA BAHIA

- 1) **IPTU** - A estimativa de arrecadação do IPTU para o exercício 2023, leva em conta a realização de campanhas, o cadastramento de imóveis, sobretudo aqueles que não constam no cadastro municipal e a correção da planta de valores pela inflação acumulada do período.
- 2) **ISSQN** - A estimativa de arrecadação do ISSQN acompanha dentre outros fatores, o aquecimento econômico, geração de renda e a retomada de investimentos em nossa cidade. Outro aspecto relevante é a ação fiscal reestruturada para uma atuação mais efetiva na fiscalização.
- 3) **ITBI** - Foi considerado na estimativa do cálculo, o trabalho de incentivo à regularização de imóveis, junto aos Cartórios de Registro.
- 4) **COSIP** - A Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública dos Municípios - COSIP foi estimada com base nos últimos três anos, levando em consideração a projeção da inflação e do crescimento do PIB.
- 5) **ICMS** - Para o ICMS são adotadas ações tais como: análise de todas as declarações dos contribuintes do ICMS para detecção de erros nas declarações, Correção de declaração com erros de lançamento, Correção de declarações recusadas por inconsistência de dados e contato com todos os contribuintes omissos. O valor foi estimado considerando também a inflação.
- 6) **FPM** - O FPM depende das arrecadações de IPI e IR.
- 7) **IPVA** - considerou na estimativa além da inflação do período o aumento da frota de veículos na cidade, após a isenção do IPI no setor automobilístico e como a frota do município sofreu um pequeno aumento, ao longo dos anos.
- 8) **FUNDEB** - O FUNDEB segue a tendência das demais receitas, uma vez que é formado por uma parte de todas elas, reflete o crescimento de toda a economia nacional, bem como repassada por aluno cadastrado na rede pública.
- 9) **DÍVIDA ATIVA** - Para DÍVIDA ATIVA as ações foram distribuídas em dois eixos: a primeira passando pela educação fiscal e conscientização do papel do contribuinte, a segunda que oferece condições para o contribuinte se regularizar, quais são destacadas: possibilidades de parcelamentos, de descontos especiais em juros e multa, publicidade das ações e alertas dos débitos e a conciliação judicial.

3. FORMAÇÃO DO BANCO DE DADOS DOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos às prestações de contas dos respectivos exercícios.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

4. CONCLUSÃO

Salientamos que as receitas a serem previstas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 alteram e atualizam, automaticamente, o Plano Plurianual 2022-2025.

Ressalta-se que ao final de cada exercício, apurando mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter uma política fiscal responsável. O equilíbrio das contas públicas constitui um instrumento fundamental para a consecução das prioridades sociais do governo e para garantir o crescimento econômico.

De todo modo, por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária 2023, poderá ocorrer variações de ajustes nos valores constantes dos anexos de metas fiscais apresentados.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2023

ANEXO II. A

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | 2024 | | | 2025 | | | R\$ 1.000 | |
|---|--------------------|-----------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|-----------------|-----------|-------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIBx100) | % RCL (a/RCLx100) | Valor Constante | % PIB (b/PIBx100) | % RCL (a/RCLx100) | Valor Corrente (c) | Valor Constante | | % PIB (c/PIBx100) |
| Receita Total | 580.000.000 | 331.660.841 | 0,576 | 142,19 | 619.440.000 | 0,615 | 151,85 | 660.942.480 | 227.140.388 | 0,656 | 162,03 |
| Receitas Primárias (I) | 576.671.596 | 351.354.378 | 0,573 | 141,37 | 615.885.265 | 0,612 | 150,98 | 657.149.577 | 228.312.057 | 0,653 | 161,10 |
| Receitas Primárias Correntes | 553.674.464 | 336.175.217 | 0,550 | 135,73 | 591.324.328 | 0,587 | 144,96 | 630.943.057 | 235.626.830 | 0,627 | 154,67 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 80.216.471 | 73.826.610 | 0,080 | 19,66 | 85.671.191 | 0,085 | 21,00 | 91.411.161 | 83.113.365 | 0,091 | 22,41 |
| Contribuições | 5.310.000 | 5.282.000 | 0,005 | 1,30 | 5.671.080 | 0,006 | 1,39 | 6.051.042 | 6.014.682 | 0,006 | 1,48 |
| Transferências Correntes | 452.618.665 | 249.181.999 | 0,449 | 110,96 | 483.396.734 | 0,480 | 118,50 | 515.784.316 | 251.603.928 | 0,512 | 126,44 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 7.947.328 | 7.884.608 | 0,008 | 1,95 | 8.487.746 | 0,008 | 2,08 | 9.056.425 | 8.974.978 | 0,009 | 2,22 |
| Receitas Primárias de Capital | 15.415.132 | 15.179.161 | 0,015 | 3,78 | 16.463.361 | 0,016 | 4,04 | 17.566.406 | 17.259.977 | 0,017 | 4,31 |
| Despesa Total | 580.000.000 | 331.660.841 | 0,576 | 142,19 | 619.440.000 | 0,615 | 151,85 | 660.942.480 | 227.140.388 | 0,656 | 162,03 |
| Despesas Primárias (II) | 547.222.302 | 361.724.644 | 0,543 | 134,15 | 584.433.419 | 0,580 | 143,27 | 623.590.458 | 237.434.062 | 0,619 | 152,87 |
| Despesas Primárias Correntes | 499.575.906 | 370.085.681 | 0,496 | 122,47 | 533.547.068 | 0,530 | 130,80 | 569.294.721 | 247.455.755 | 0,565 | 139,56 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 243.792.040 | 179.771.476 | 0,242 | 62,70 | 273.177.169 | 0,271 | 66,97 | 291.480.039 | 207.111.224 | 0,289 | 71,46 |
| Outras Despesas Correntes | 22.125.072 | 12.638.963 | 0,022 | 5,42 | 26.069.899 | 0,259 | 63,83 | 277.814.682 | 201.171.293 | 0,276 | 68,11 |
| Despesas Primárias de Capital | 15.574.800 | 15.333.916 | 0,015 | 3,82 | 16.633.887 | 0,017 | 4,08 | 17.748.357 | 17.435.547 | 0,018 | 4,35 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 29.449.294 | (10.370.265) | 0,029 | 7,22 | 31.451.846 | 0,031 | 7,71 | 33.559.120 | 32.440.750 | 0,033 | 8,23 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 196.739 | 196.700 | 0,000 | 0,05 | 210.117 | 0,000 | 0,05 | 224.195 | 224.145 | 0,000 | 0,05 |
| Resultado Primário (III) | 33.839.675 | 32.702.528 | 0,034 | 8,30 | 36.140.773 | 0,036 | 8,86 | 38.562.205 | 37.085.519 | 0,038 | 9,45 |
| Resultado Nominal | 114.905.722 | 101.794.366 | 0,114 | 28,17 | 107.092.133 | 0,106 | 26,25 | 99.916.960 | 90.003.101 | 0,099 | 24,49 |
| Divida Pública Consolidada | 37.791.219 | 36.372.991 | 0,038 | 9,26 | 35.221.416 | 0,035 | 8,63 | 32.861.581 | 31.789.220 | 0,033 | 8,06 |
| Divida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Primárias geradas de PPP (V) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

Nota:
- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|-------|-------|-------|
| Crescimento real do PIB - BA (% a.a.) | 2,50% | 3,20% | 3,00% |
| Inflação IPCA (% a.a. - 12 meses) | 3,70% | 3,60% | 3,70% |
| Transferências Constitucionais (% a.a.) | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| Esforço de Arrecadação Municipal | 1,00% | 1,00% | 1,00% |

LDO - Teixeira de Freitas 2023
Lei Complementar n.º 101 Art. 4º § 1º. Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguinte

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2023

ANEXO II. B

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2021 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2021 (b) | % PIB | % RCL | % PIB | % RCL | Variação | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------|----------|------------------------------------|--------|-------|-------|-------|----------------------|---------------------|
| | | | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 488.623.000,00 | 0,0018 | 1052,12% | 477.204.308,46 | 0,0017 | 0,00% | | | (26.445.692) | (5,25) |
| Receitas Primárias (I) | 466.499.000,00 | 0,0018 | 1046,74% | 457.052.836,03 | 0,0016 | 0,00% | | | (44.022.164) | (8,79) |
| Despesa Total | 488.623.000,00 | 0,0018 | 1052,12% | 430.083.241,65 | 0,0015 | 0,00% | | | (73.566.758) | (14,61) |
| Despesas Primárias (II) | 477.173.000,00 | 0,0018 | 1046,95% | 409.245.739,19 | 0,0014 | 0,00% | | | (91.928.261) | (18,34) |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (10.674.000,00) | (0,0000) | -0,21% | 47.807.096,84 | 0,0002 | 0,00% | | | 47.906.097 | (48.390,00) |
| Resultado Nominal | 12.938.189,78 | (0,0001) | -42,13% | 31.864.100,69 | 0,0001 | 0,00% | | | 52.032.101 | (257,99) |
| Dívida Pública Consolidada | 105.093.175,67 | 0,0003 | 189,77% | 108.197.478,29 | 0,0004 | 0,00% | | | 17.353.478 | 19,10 |
| Dívida Consolidada Líquida | 89.451.163,43 | 0,0003 | 178,52% | 40.289.146,16 | 0,0001 | 0,00% | | | (45.168.854) | (52,86) |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para o Ano de 2021

| Especificação | Valor R\$ Milhares |
|---|--------------------|
| Previsão do PIB Estadual para 2021 | 285.349.193.000,00 |
| Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021 | 286.240.000.000,00 |

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar n.º 101, Art. 4º § 2º inciso I: avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

ANEXO II. C

R\$ 1.00

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|--------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|--------|-------------|--------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 503.650.000 | 488.623.000 | 1215,04% | 539.000.000 | 7,02% | 580.000.000 | 7,61% | 619.440.000 | 6,80% | 660.942.480 | 6,70% |
| Receitas Primárias (I) | 501.075.000 | 466.499.000 | 1209,13% | 522.063.000 | 4,19% | 576.671.596 | 10,46% | 615.885.265 | 6,80% | 657.149.577 | 6,70% |
| Despesa Total | 503.650.000 | 488.623.000 | 1248,80% | 539.000.000 | 7,02% | 580.000.000 | 7,61% | 619.440.000 | 6,80% | 660.942.480 | 6,70% |
| Despesas Primárias (II) | 501.174.000 | 477.173.000 | 1261,68% | 527.644.000 | 5,28% | 547.222.302 | 3,71% | 584.433.419 | 6,80% | 623.590.458 | 6,70% |
| Resultado Primário (I - II) | (99.000) | (10.674.000) | -106,73% | (5.581.000) | 0,00% | 29.449.294 | -627,67% | 31.451.846 | 0,00% | 33.559.120 | 0,00% |
| Resultado Nominal | (20.168.000) | 12.938.190 | 457,46% | 31.864.101 | -257,99% | 33.839.675 | 0,00% | 36.140.773 | 0,00% | 38.562.205 | 0,00% |
| Dívida Pública Consolidada | 90.844.000 | 105.093.176 | 349,23% | 108.197.478 | 19,10% | 114.905.722 | 6,20% | 107.092.133 | -6,80% | 99.916.960 | -6,70% |
| Dívida Consolidada Líquida | 89.451.163 | 85.458.000 | 350,96% | 40.289.146 | -54,96% | 37.791.219 | -6,20% | 35.221.416 | -6,80% | 32.861.581 | -6,70% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------------|----------|-------------|----------|--------------|---------|-------------|---------|-------------|--------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 503.650.000 | 488.623.000 | 1215,04% | 539.000.000 | 7,02% | 331.660.841 | -38,47% | 238.406.813 | -28,12% | 227.140.388 | -4,73% |
| Receitas Primárias (I) | 501.075.000 | 466.499.000 | 1209,13% | 522.063.000 | 4,19% | 351.354.378 | -32,70% | 239.212.745 | -31,92% | 228.312.057 | -4,56% |
| Despesa Total | 503.650.000 | 488.623.000 | 1248,80% | 539.000.000 | 7,02% | 331.660.841 | -38,47% | 238.406.813 | -28,12% | 227.140.388 | -4,73% |
| Despesas Primárias (II) | 501.174.000 | 477.173.000 | 1261,68% | 527.644.000 | 5,28% | 361.724.644 | -31,45% | 245.250.172 | -32,20% | 237.434.062 | -3,19% |
| Resultado Primário (I - II) | (99.000) | (10.674.000) | -106,73% | (5.581.000) | 0,00% | (10.370.265) | 85,81% | 30.469.518 | 0,00% | 32.440.750 | 0,00% |
| Resultado Nominal | (20.168.000) | 12.938.190 | 457,46% | 31.864.101 | -257,99% | 32.702.528 | 0,00% | 34.843.715 | 0,00% | 37.085.519 | 0,00% |
| Dívida Pública Consolidada | 90.844.000 | 105.093.176 | 349,23% | 108.197.478 | 19,10% | 101.794.366 | -5,92% | 95.703.294 | -5,98% | 90.003.101 | -5,96% |
| Dívida Consolidada Líquida | 89.451.163 | 85.458.000 | 350,96% | 40.289.146 | -54,96% | 36.372.991 | -9,72% | 33.989.509 | -6,55% | 31.789.220 | -6,47% |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022.

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

| VARIÁVEIS | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|---------------------------------------|-------|-------|
| | Crescimento real do PIB - BA (% a.a.) | 2,50% | 3,20% |
| Inflação IPCA (% a.a. - 12 meses) | 3,70% | 3,60% | 3,70% |
| Transferências Constitucionais (% a.a.) | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| Esforço de Arrecadação Municipal | 1,00% | 1,00% | 1,00% |

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar nº 101, Art. 4º, § 2º, inciso II: O Anexo conterá ainda: demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2023
 ANEXO II. D

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

| | | | | | | R\$ 1,00 |
|---------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|---------|-----------------------|----------|
| PATRIMONIO LIQUIDO | 2021 | % | 2020 | % | 2019 | % |
| Patrimônio/Capital | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Reservas | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 538.978.566,45 | 100,00% | 447.050.020,77 | 100,00% | 409.215.099,05 | 100,00% |
| TOTAL | 538.978.566,45 | 100,00% | 447.050.020,77 | | 409.215.099,05 | |

| REGIME PREVIDENCIARIO | | | | | | |
|-------------------------------|----------|----------------|----------|----------------|----------|----------------|
| PATRIMONIO LIQUIDO | 2021 | % | 2020 | % | 2019 | % |
| Patrimônio | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Reservas | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Lucro ou Prejuízos Acumulados | | 100,00% | | 100,00% | | 100,00% |
| TOTAL | - | 100,00% | - | 100,00% | - | 100,00% |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

NOTA: Valores extraídos do Anexo XIV - Balanço Patrimonial, referente aos anos 2018/2019/2020.

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, Inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.


 Tarcísio Pereira da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023
ANEXO II E

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2021 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) |
|--|-----------------------------|----------------------------|-------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | - | - | 19.300,00 |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | 19.300,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| DESPESAS EXECUTADAS | 2021 (d) | 2020 (e) | 2019 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | - | - | 19.300,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | 19.300,00 |
| Investimentos | - | - | 19.300,00 |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | - | - | - |
| SALDO FINANCEIRO | 2021 | 2020 | 2019 |
| | (g) = ((Ia - IIId) + IIIIh) | (h) = ((Ib - IIe) + IIIIi) | (l) = (Ic - IIIf) |
| VALOR (III) | - | - | - |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.


Tarcísio Pereira da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2023
 ANEXO II. F

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II) | | | |

NADA CONSTA

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Benefícios | | | |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)2 | | | |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2019 | 2020 | 2021 |
| VALOR | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| VALOR | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | |

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|------|------|------|
| RECEITAS CORRENTES (VII) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeira entre os regimes | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII) | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2019 | 2020 | 2021 |
| Benefícios | | | |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X) | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)2 | | | |

NADA CONSTA

Tarcísio Pereira da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2023
 ANEXO II. F

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | | | |
|---|------|------|------|
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Receitas Correntes | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Despesas Correntes (XIII) | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | |
| Demais Despesas Correntes | | | |
| Despesas de Capital (XIV) | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | | | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2 | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO RPPS | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Contribuições dos Servidores | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII) | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões | | | |
| Outras Despesas | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII) | | | |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2 | | | |

NADA CONSTA

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|
| | | | | |

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|
| | | | | |

NADA CONSTA

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

Nota Explicativa:


O Município não possui Previdência Própria.

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar n.º 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial

a) dos regimes geral de previdência social e próprios de servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador


 Tarcísio Pereira da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023
ANEXO II. G

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | COMPENSAÇÃO |
|---------|------------|----------------------------------|------------------------------|------|-------------|
| | | | 2023 | 2024 | |
| | | | NADA CONSTA | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | - |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

NOTA EXPLICATIVA:

O município não prevê Renúncia de Receita.

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado


 Carlos Roberto da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023
ANEXO II. H

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| EVENTOS | 3Valor Previsto para 2023 |
|---|---------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 41.000.000 |
| (-) Transferências Constitucionais | 14.350.000 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 8.200.000 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 18.450.000 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 1.500.000 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 19.950.000 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 2.834.200 |
| Novas DOCC | 2.834.200 |
| Novas DOCC geradas por PPP | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 17.115.800 |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC, é prevista a redução permanente de despesa por meio da racionalização dos recursos humanos. O valor atribuído ao Campo Aumento Permanente da Receita foi gerado a partir da previsão das transferências de recursos a ingressar na municipalidade.

LDO - Teixeira de Freitas 2023

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado


Tarcísio Pereira da Silva
Assessor Técnico II
Mat. 37.411



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO III
RISCOS FISCAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
ESTADO DA BAHIA**

ANEXO III

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS**

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000)¹

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos fiscais podem ser classificados em duas categorias: orçamentários e de dívida:

- Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

- Os riscos da dívida pública decorrem do risco inerente à administração da dívida pública decorre do impacto de eventuais variações das taxas de juros, de câmbio e de inflação nos títulos vincendos. Essas variações, quando verificadas, geram impacto no orçamento anual, aumentando ou reduzindo o volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário. Elas também têm efeito sobre o estoque da dívida, com impactos nos orçamentos dos anos seguintes. Em particular, a volatilidade dessas variáveis notadamente a inflação medida pelo IGP-DI que indexa a maior parte do estoque da dívida pode ensejar dificuldades na capacidade de endividamento do Governo, em vista das metas acordadas com o Tesouro Nacional para a relação receita líquida real/dívida financeira

No caso da receita, pode-se mencionar, como exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos.

Entre outros casos de frustrações de Arrecadação, destaca-se a possibilidade de redução da atividade econômica, devido à pandemia do COVID-19, o que pode vir a reduzir a Receita Municipal para os próximos anos. Considerou-se o cenário extremo de queda do PIB, conforme simulado pela União, como efeito de situação de recessão impactante para os exercícios seguintes. Caso ocorra frustrações de arrecadação de receitas, será usado o mecanismo previsto no artigo 9º da LRF, nos montantes necessários, com limitação de empenho e movimentação financeira.

Além disso, é importante considerar as variáveis que influem diretamente no montante de recursos arrecadados pelo município, que são as Receitas Tributárias e os recursos oriundos de Transferências de convênios da União e do Estado. Neste sentido, constituem riscos orçamentários os desvios entre as projeções destas variáveis utilizadas para a elaboração do orçamento e os seus valores

¹ Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023
ANEXO III

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|--|---------------------|---|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais. | 3.500.000,00 | Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência ou de cancelamento de despesas discricionárias. | 3.500.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento. | | | |
| Avais e Garantias Concedidas. | | | |
| Assunção de Passivos. | | | |
| Assistências Diversas. | | | |
| Outros Passivos Contingentes. | | | |
| SUBTOTAL | 3.500.000,00 | SUBTOTAL | 3.500.000,00 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|--|---------------------|---|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação. | 4.640.000,00 | Limitação de empenho. | 4.640.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior / Discrepância de Projeções. | | Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal. | |
| Redução da atividade econômica devido à pandemia de Coronavírus. | | Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionária e da Reserva de Contingência. | |
| Outros Riscos fiscais. | | | |
| SUBTOTAL | 4.640.000,00 | SUBTOTAL | 4.640.000,00 |
| TOTAL | 8.140.000,00 | TOTAL | 8.140.000,00 |

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, em 25/05/2022

LDO - Teixeira de Freitas 2023

[1] Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.


 Farciso Pereira da Silva
 Assessor Técnico II
 Mat. 37.411